



Centro Universitário de Brasília - CEUB
Faculdades de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais - FAJS
Curso de Relações Internacionais

GEOVANA RODRIGUES VIANA

**O CASO DAS “MULHERES DE CONFORTO” E A RECONSTRUÇÃO DO JAPÃO
PÓS SEGUNDA GUERRA COM A UTILIZAÇÃO DE *SOFT POWER***

Brasília

2022

GEOVANA RODRIGUES VIANA

**O CASO DAS “MULHERES DE CONFORTO” E A RECONSTRUÇÃO DO JAPÃO
PÓS SEGUNDA GUERRA COM A UTILIZAÇÃO DE *SOFT POWER***

Artigo científico como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Prof. MSc. Fernanda Luiza Silva de Medeiros

Brasília

2022

GEOVANA RODRIGUES VIANA

**O CASO DAS “MULHERES DE CONFORTO” E A RECONSTRUÇÃO DO JAPÃO
APÓS A SEGUNDA GUERRA COM A UTILIZAÇÃO DE *SOFT POWER***

Artigo científico como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador(a): Prof. MSc. Fernanda Luíza Silva de Medeiros

BRASÍLIA, _____ de _____ 2022.

BANCA AVALIADORA

Professora Orientadora: MSc. Fernanda Luíza Silva de Medeiros

Professor (a) Avaliador (a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus pela minha vida e pelas pequenas conquistas que já alcancei. Agradeço muito aos meus pais pelo apoio e incentivo que sempre me deram.

Eu sempre fui muito encorajada pela minha família a ir atrás dos meus sonhos, à estudar e batalhar por conquistas próprias e honestas, para conseguir ser quem eu mais desejo profissionalmente e para ser alguém respeitável e consciente. Minha família é minha base para tudo.

Agradeço aos meus avós também, pois possuem grande parcela na construção da minha educação e criação. Sempre me foi dito que sonhar nunca é demais, e correr atrás do que mais almejamos faz parte da vida, apesar de não ser fácil e a caminhada ser longa.

Também sou muito grata pelos amigos que fiz no trajeto da faculdade e pelos da época do colégio, todos eles sempre me deram muito apoio e tiveram fé em mim mesmo quando nem eu mesma tive.

Todos que me acompanham nessa jornada maluca chamada vida possuem muito espaço no meu coração e faço questão de estarem na minha vivência do dia a dia. Espero conseguir conquistar meus maiores sonhos ao lado das pessoas que amo e admiro, mas já sou muito grata pelas minhas pequenas conquistas.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre.” - Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente artigo aborda uma análise sobre a reconstrução da imagem do Japão no cenário internacional após a Segunda Guerra e, sobretudo, as atrocidades cometidas pelo exército imperial japonês em territórios da Ásia-Pacífico durante o período de 1910 a 1945. Portanto, a história das “mulheres de conforto” é utilizada como exemplo de caso das barbaridades realizadas pelo Japão Imperial no marco histórico citado. Além disso, aborda-se uma análise sobre a implementação de *soft power* pelo país e a aliança firmada com os EUA no pós-guerra, além de como ambos os assuntos possuem conexão com o período das grandes guerras, como é o caso das “mulheres de conforto”.

Palavras-chave: Mulheres de Conforto; Aliança Japão-EUA; Política Externa Japonesa; Soft Power; Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

The present article approaches an analysis about reconstruction of Japan's image in the international scenario after World War II and the atrocities committed by Japan's Imperial Army in Asia-Pacific lands in the period from 1910 to 1945. Therefore, the history about “comfort women” is used as an example of a case of barbarities performed by Imperial Japan from the milestone mentioned. Furthermore, there are analyses about the implementation of *soft power* by the country and the alliance with the USA in the post-war period, as well as how both subjects have a connection with the period of great wars like the case of “comfort women”.

Keywords: Comfort Women; Japan-USA Alliance; Japanese Foreign Policy; Soft Power; World War II.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, como mulher, acredito ser de extrema importância abordar um tema que exponha as dificuldades enfrentadas pelo gênero feminino no contexto político internacional, e principalmente, no social. Tem-se, dessa forma, a clareza de que o cenário político global é governado em grande maioria, praticamente apenas, por homens, brancos e europeus, o que consequentemente favorece o gênero masculino em todos os âmbitos da sociedade internacional e influencia para que temas de gênero sejam pouco aprofundados. E por isso, a negligência em torno das diversas preocupações sobre questões de gênero é estarrecedora, pois apesar de existir um considerável avanço entre o século XX e XXI que forneceu às mulheres mais liberdade em alguns aspectos políticos e sociais, as pautas que envolvem gênero ainda fazem parte dos dilemas atuais na sociedade global. Dessarte, estudos para compreensão acerca

dessas pautas possuem uma carga de responsabilidade social consideravelmente grande e, também, necessária para um melhor entendimento sobre os problemas estruturais à respeito das desigualdades enfrentadas devido à construção social dos gêneros.

Mulheres de grupos minoritários enfrentam dilemas diversificados, e além do fator social construído por meio da hierarquia entre os gêneros, há contextos sociais em que a figura do homem é muito mais valorizada. Por isso, também deve-se considerar a existência de outras esferas além do gênero para a análise sobre as estruturas patriarcais, como a etnia e a classe socioeconômica em que cada mulher está inserida, além de outras esferas sociais, sendo assim, a questão da interseccionalidade (COLLINS, 2015). Portanto, compreendo que para analisar as ações dos Estados no âmbito internacional e doméstico deve-se levar em consideração a cultura, a geopolítica da região, a construção histórica de cada país, a diferença entre países ocidentais e não-ocidentais, as delimitações de gênero, e a influência que cada país exerce no cenário internacional.

Como estudante de Relações Internacionais (RI), acredito que estudos sobre a Ásia e outras regiões, como a África e a América do Sul, são essenciais para uma visão mais abrangente e menos eurocêntrica sobre o mundo e o campo das RI. Por esse motivo, há também uma profunda importância de inclusão de autores advindos dessas regiões ou os que abordam temas não ocidentais, para que assim, existam análises do âmbito cultural, social e político. Deve-se também reconhecer a existência de uma perspectiva ocidental sobre o oriente e as outras regiões marginalizadas no cenário internacional.

Em Relações Internacionais estuda-se as atuações de cada ator no cenário internacional, sendo esses: Estados, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações Internacionais (OIs), Sociedade Civil e até mesmo Empresas Multinacionais. Deve-se enfatizar, que a influência de atores domésticos, ou seja, de dentro do Estado, também refletem no âmbito externo e, por isso, as tomadas de decisões de cada ator são consideradas para formação de análises sobre determinado tema na esfera da política internacional.

O presente artigo científico aborda a reconstrução da imagem do Japão no cenário internacional após a Segunda Guerra e, sobretudo, as atrocidades cometidas pelo exército imperial japonês em territórios do Pacífico, principalmente nas Coreias e na China. Portanto, levanta-se a seguinte pergunta de pesquisa: “Como as violações de Direitos Humanos cometidas durante a Segunda Guerra pelo Japão Imperial se diferenciam de sua postura atual de política externa e de seu posicionamento no cenário internacional atualmente?” Dessa forma, inicia-se uma breve análise teórica sobre a atuação do país internacionalmente, abordando uma possível implementação de *soft power* mais do que de *hard power*, além da definição desses

termos. Após isso, na terceira seção, há uma abordagem sobre o contexto histórico do pós Segunda Guerra, quando a aliança entre o Japão e os EUA foi selada e utilizada como meio de reconstrução, principalmente da economia e da imagem do Japão no cenário internacional da época. Já no segundo tópico da mesma seção, inicia-se uma breve introdução histórica sobre as invasões japonesas nos territórios do Pacífico e a situação das “mulheres de conforto”, eufemismo utilizado como forma de ‘amenizar’ a situação de mulheres e meninas que foram utilizadas como escravas sexuais durante o período das grandes guerras, além da relação entre os países invadidos com o Japão.

Conforme o exposto, o presente artigo possui uma abordagem metodológica de exploração histórica e bibliográfica como principal meio de pesquisa e de análise sobre o tema da política externa japonesa e o caso das “mulheres de conforto”. Por intermédio desse método, será explorada a delimitação do marco histórico entre 1910-1945 (“mulheres de conforto” durante o período da Segunda-Guerra), e o período do pós-guerra até a atualidade (análise do *soft power* japonês e inserção no cenário internacional). Para a composição dessa abordagem, deve-se compreender sobre a metodologia histórica, que para Thomas Smith (1999), pode ser empregada em diversos campos, sendo utilizada como base na produção de teorias do campo das RI, ou seja, pode-se interpretar que a história está presente no desenvolvimento e na compreensão de pesquisas, até mesmo na criação das teorias, para contrapor ou validá-las (SMITH, 1999, p. 7).

Utiliza-se no presente artigo, autores do campo das Relações Internacionais, com base em teorias direcionadas à ciência política, sendo estas, especificamente, teoria de gênero (para compreender a ocorrência histórica do caso das “mulheres de conforto”, na perspectiva dessa teoria), teoria neoliberal (para a abordagem do conceito de *soft power* na política externa do Japão). Utiliza-se, como fontes essenciais para construção da análise, textos acadêmicos, artigos científicos e pesquisas acerca do tema para uma melhor construção analítica. Autores como Judith Ann Tickner (2005), Cynthia Enloe (2014), Joseph Nye (2004), que fazem parte do campo das RI, irão compor o processo de análise e da abordagem teórica do presente trabalho. E para isso, utilizar-se-á, também, fontes que abordam sobre o contexto histórico do caso das “mulheres de conforto” e a perspectiva da sociedade internacional, principalmente dos países envolvidos sobre o caso. Assim, espera-se fornecer reflexões metodológicas e dados qualitativos sobre as discussões acerca do tema.

A importância do estudo de temas históricos para a compreensão da atualidade é fundamental para um desenvolvimento de uma sociedade civil mais humanizada, que respeita e compreende a relevância de haver meios para garantir a não violação dos Direitos Humanos

e a não repetição de acontecimentos que violam esses direitos. A abordagem sobre as esferas sociais, econômicas, de gênero e entre outras, também está ligada à lógica dos Direitos Humanos de que todo ser humano deve ter seus direitos básicos como à liberdade, à vida e o direito à diferença, amparados pelo Estado (MAZZUOLI, 2018; PIOVESAN, 2019).

É, também, importante salientar que para a construção de uma sociedade internacional mais igualitária, temas sobre gênero estão relacionados diretamente com o estudo acerca da esfera dos Direitos Humanos, o que contribui com os avanços da sociedade civil e, até mesmo, para a compreensão da política internacional. Dessa forma, temas relacionados à ótica dos Direitos Humanos também possuem uma vasta necessidade de serem debatidos, para que seja cada vez mais possível que determinados preconceitos possam ser pontuados e explicados, por meio de análises históricas, políticas e teóricas na ótica das Relações Internacionais. A partir disso, há uma análise sobre as ações de um Estado que realizou tais feitos em situações de perturbação e opressão social em que beneficia um grupo e banaliza outros. O caso do Japão durante a Segunda Guerra indicou a maneira em que o país almejava por expansão territorial e por destaque na política internacional, e por isso, operava tentativas de construção de um império sobre seus vizinhos.

2 A UTILIZAÇÃO DE *SOFT POWER* PELO JAPÃO

De acordo com a definição de Joseph Nye (2005), *soft power* é o poder de atração que um país consegue exercer sobre os outros no cenário internacional, maior que apenas uma forma de influência. E o *hard power* é o poder de coerção que um Estado possui sobre outros Estados, por meios militares ou econômicos (NYE, 2005). Após o contexto do fim da Segunda Guerra, o *hard power* do Japão estava enfraquecido devido à derrota, a desmilitarização e a economia debilitada, portanto, a realidade da época alterou consideravelmente a forma de atuação do país no cenário internacional. A utilização de *soft power* na política externa do Japão se iniciou como tentativa de melhoria na economia do país, entretanto, ao mesmo tempo em que buscava se erguer, o governo japonês praticava uma possível retomada da militarização no país (ARASE; AKAHA, 2010). Ao longo dos anos, o Japão ficou cada vez mais conhecido pelo pacifismo, alto desenvolvimento econômico, sendo o terceiro maior PIB mundial, e portador de uma das tecnologias mais avançadas. A construção de país pacifista, consciente e desenvolvido advém de meios socio-culturais nacionais que denominam esses valores como uma maneira de empregar poder de atração, como Nye (2005) expõe sobre o uso de *soft power*:

Soft power utiliza um tipo diferente de moeda (sem uso de força e sem o uso econômico) para gerar cooperação — uma atração que compartilha valores, justiça e

dever em contribuição a conquista desses valores. Assim como Adam Smith, que observou que pessoas são conduzidas por uma mão invisível quando tomam decisões em um livre mercado, nossas decisões no mercado das ideias são moldadas pelo soft power — uma atração intangível que nos persuade a ir até um propósito dos outros sem nenhuma ameaça ou mudança até aquele lugar (NYE, 2005, p. 22, tradução nossa).¹

Deve-se esclarecer e enfatizar que tanto o *hard power* quanto o *soft power* visam maneiras de atingir um objetivo, mas o plano das ideias no mercado é moldado de acordo com o poder da atração, ou seja, um poder que consegue moldar as preferências dos outros. Há também um jogo na relação entre esses dois tipos de poder, ou seja, quando se utiliza o *hard power* exacerbadamente, elimina-se o *soft power*, e quando se usa apenas *soft power*, o Estado fica sujeito ao *hard power* do outro, e por isso, ter somente *soft power* nem sempre é suficiente para um Estado conseguir se proteger (NYE, 2005). O Quadro 1 foi desenvolvido por Joseph Nye (2005), com objetivo de esclarecer a atuação e os recursos utilizados nas duas formas de poder conceituadas pelo autor:

Quadro 1 - Explicação dos conceitos: *hard power* e *soft power*

	<i>Hard power</i>	<i>Soft power</i>
Espectro de comportamentos	<p style="text-align: center;">Coerção Persuasão</p> <p style="text-align: center;">Controle <-----*-----*</p>	<p style="text-align: center;">Agenda Atração</p> <p style="text-align: center;">-----*-----*-----> Cooper.</p>
Recursos mais utilizados	<p style="text-align: center;">Força Pagamentos</p> <p style="text-align: center;">Sanção Suborno</p>	<p style="text-align: center;">Instituição Valores</p> <p style="text-align: center;"> Cultura</p> <p style="text-align: center;"> Políticas</p>

Fonte: *Soft power: The means to success in world politics* (NYE, 2005, p. 23, tradução nossa).

Nye (2005) explica que o poder de controle, como está na parte do *hard power* da tabela acima, é a habilidade de mudar as ações do outro por meio de coerção ou persuasão, ou seja, um Estado pressiona ou induz o outro a agir de determinada forma por meio do uso da força, sanções ou suborno. Enquanto o poder de cooperação, no *soft power*, é a habilidade de moldar

¹ Soft power uses a different type of currency (not force, not money) to engender cooperation—an attraction to shared values and the justness and duty of contributing to the achievement of those values. Much as Adam Smith observed that people are led by an invisible hand when making decisions in a free market, our decisions in the marketplace for ideas are often shaped by soft power—an intangible attraction that persuades us to go along with others' purposes without any explicit threat or exchange taking place (NYE, 2005, p. 22)

a preferência dos outros por meio da atração pela cultura e pelos valores de um país, ou pela habilidade de manipular a agenda de escolhas e preferências políticas (NYE, 2005).

O Japão constrói seu *soft power* como forma de atuação no espaço internacional após os incidentes ocorridos nas duas guerras mundiais, e principalmente, para uma melhor recuperação econômica do país. Atualmente, o Japão possui a mesma Constituição desde 1946 e sua imagem de país pacífico junto da implementação de *soft power* por meios dos valores culturais são a maior fortaleza em sua atuação no cenário internacional. Atuação de um país pacifista e neutro em situações de conflito, que possui essas características devido ao seu posicionamento político baseado na pacificação e na aliança com os EUA, como é explicado no contexto histórico do presente artigo (IOKIBE, 2017). Sendo assim, a cultura japonesa é o maior marco da implementação de *soft power* pelo país, em virtude da construção de valores articulados que fazem parte da cultura do país. Entretanto, na perspectiva de Joseph Nye, a utilização apenas de *soft power* pode ser um risco para o país em questão, pois seria insuficiente para garantir sua segurança (NYE, 2005). O desenvolvimento de *soft power* na atuação do país no cenário internacional está em torno da atração por meio de valores culturais próprios, alto desenvolvimento tecnológico e agendas que auxiliam em uma conquista de mais espaço internacional.

3 CONTEXTO HISTÓRICO

Nesta seção aborda-se o contexto histórico acerca dos temas: “A aliança entre Japão e EUA” e “O caso das “mulheres de conforto” e o contexto de guerra”. O primeiro tema trata do contexto do fim da Segunda Guerra, a presença dos EUA em território japonês após a derrota do Japão Imperial e a aliança firmada entre os dois países no pós-guerra. O segundo tema trata da geopolítica entre o Japão e seus vizinhos, a história das “mulheres de conforto”, a articulação da política externa japonesa após os ocorridos, a perspectiva dos Direitos Humanos sobre o caso em questão e o que a teoria de gênero aborda sobre situações de submissão feminina.

3.1 Aliança entre Japão e EUA

Contextualiza-se o Pós Segunda Guerra como um momento em que a economia mundial e a infraestrutura de grande parte dos países da Europa e da Ásia-Pacífico estavam abalados. Os resquícios da guerra nessas regiões eram de devastação e a única potência que não havia sido diretamente afetada eram os EUA, os demais países estavam consideravelmente

fragilizados, o que favoreceu a economia americana por estar em vantagem sobre as demais economias mundiais. A partir desse fato, deve-se pontuar que os EUA foram a maior fonte de atuação na desmilitarização e na democratização do Japão e, devido a isso, grande parte da imagem reconstruída do país foi produzida de acordo com os paradigmas americanos, no qual absorveu-se consideravelmente da cultura hegemônica (ARASE; AKAHA, 2010). Os EUA venceram uma guerra contra seus maiores inimigos da época, enfatiza-se o Japão devido aos ataques desferidos a Pearl Harbor, e dessa forma, controlaram o país asiático e angariaram mais poder e controle sobre a região mesmo após sua retirada do Extremo-Oriente, devido à aliança que construíram com o país.

Após o término do conflito, pode-se enfatizar que a reconstrução do Japão foi voltada a atos tomados devido à pressão por parte dos países Aliados, e pela ocupação do exército dos EUA logo após as bombas atômicas serem lançadas nas cidades de Hiroshima e de Nagasaki (ARASE; AKAHA, 2010). Em razão disso, houve mudanças notáveis e duradouras no comportamento da política externa e doméstica do Japão desde a época do fim do conflito até os dias atuais, e também devido ao controle e a pressão de líderes mundiais sobre o país após a guerra. Uma dessas mudanças está em torno da “abdição” das forças armadas no país, presente no 9º artigo da Constituição do Japão (1946), sendo justamente um dos feitos realizados para garantir a não repetição de situações inerentes às tomadas de decisões do país durante as guerras:

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito à beligerância do Estado não será reconhecido (JAPÃO, 1946).

No pós-guerra, os EUA idealizaram um belo futuro de aliança com um Japão reconstruído, para que se tornasse seu maior aliado militar na Ásia mesmo poucos anos após os acontecimentos da Segunda Guerra, mas com a implementação da desmilitarização e da democratização sobre os próprios paradigmas estadunidenses, essa tentativa de aliado militar se frustrou (ARASE; AKAHA, 2010). Frustração ligada ao fato do Japão ainda possuir em sua constituição o artigo 9, pois não houveram alterações desde a época em que foi implementado, e também, devido à sua própria população reconhecer, aceitar e respeitar as regras desenvolvidas após os conflitos (1946). É, também, importante salientar que o Japão possui as Forças de Autodefesa (1954) que atuam como Forças Armadas mas com o propósito apenas de segurança. Após a desmilitarização e a democratização, o país passou para uma posição que

tende mais à neutralidade no cenário global, inclusive com suas ações durante a época da guerra fria, mesmo possuindo mais afinidade com os EUA (IOKIBE, 2017).

Devido a esse fato, e de acordo com Iokibe (2017), os EUA possuíam grande interesse em aumentar as habilidades militares do Japão para atuação de combate ao comunismo e, assim, se tornasse um grande aliado para fortalecer a imagem do país estadunidense, pois, devido a derrota no Vietnã e a invasão soviética no Afeganistão, o símbolo de “América forte” estava em colapso (IOKIBE, 2017).

Devido à democratização e à desmilitarização do Japão, a aliança com os EUA no pós-guerra foi um instrumento útil para essa drástica mudança de posicionamento do país no cenário internacional. Após grande parte do contexto histórico, ambos os países continuaram a manter uma aliança que consiste até os dias atuais, e não apenas relações bilaterais comuns existentes no âmbito externo (ARASE; AKAHA, 2010). De acordo com David Arase e Tsuneo Akaha (2010), a estrutura internacional do Pós Guerra estava em torno da política que os EUA possuíam como tentativa de contenção da URSS e a ascensão do comunismo no mundo (IOKIBE, 2017). E graças a essa estratégia dos EUA para conter o comunismo e o fato do Japão não dispor de outra alternativa, devido a situação de derrota na guerra e a fragilidade após os episódios das bombas atômicas, o país cedeu grande parte de sua soberania, como o uso de forças armadas, além da aceitação de bases militares estadunidenses que ocasionaram a criação do *Pacto de Assistência e Segurança EUA-Japão* (1951) (ARASE; AKAHA, 2010, p. 36).

Entretanto, logo após o tratado, retomou-se uma ascensão de partidos nacionalistas no Japão principalmente devido à política externa do primeiro-ministro da época, Yoshida Shigeru, que implementou estratégias como tentativas de militarizar o país novamente, conhecida como *Doutrina Yoshida* (ARASE; AKAHA, 2010). Yoshida foi o primeiro-ministro da época que negociou o *Pacto de Segurança Japão-EUA* e o *Tratado de Paz de São Francisco*, este último consistiu em uma relação pacífica entre Japão e EUA e, também, restabeleceu as relações do Japão com o resto do mundo (ARASE; AKAHA, 2010).

3.2 O caso das “mulheres de conforto” e o contexto de guerra

A geopolítica do Japão e a relação com seus vizinhos, principalmente China e as Coreias, foram marcadas por constantes conflitos durante o período de 1910 a 1945. Em 1910 o Japão invadiu a Coreia, e em 1937 fez o mesmo com a China após uma batalha entre o Exército Revolucionário Chinês e o Exército Imperial do Japão (NAM, 2018). A postura japonesa durante o início do século XX era bastante imperialista sobre os Estados vizinhos,

indicando uma figura ultranacionalista que visava expansionismo por meio de anexação de territórios invadidos na Manchúria, Coreia, Taiwan, Indonésia, Filipinas, Myanmar e Indochina [Laos, Camboja e Vietnã] (KIMURA, 2008). A questão econômica favorecia o Japão Imperial, por possuir mais recursos que os demais, e colocava essas colônias em situação de exploração econômica e impossibilidade de resistência, devido aos domínios que o Império japonês possuía sobre elas e as alianças mantidas com a Alemanha Nazista, como é explicitado no seguinte trecho:

Tailândia, Indochina e Indonésia foram os que mais forneceram recursos para os japoneses, [...]. Para todos os três países, a exploração foi substancial na arbitrariedade, taxas de câmbio em época de guerra. [...] A Indochina realizou pagamentos em grande escala, provavelmente o maior no Sudeste Asiático, pois foi a casa chefe do Japão com suas bases e logística militar no Sudeste da Ásia; e porque foi a segunda fonte mais importante (atrás apenas da Coreia) de importações de arroz; além do governo colonialista pro-Vichy que não estava em posição de resistir às demandas de Tóquio na época (BOLDORF; OKAZAKI, 2015, p. 57, tradução nossa).²

Devido à geopolítica e aos marcos históricos dos conflitos que ocorreram na região do Pacífico, casos como o “estupro de Nanquim” e “mulheres de conforto” ficaram enraizados na história e na relação entre Japão, China e Península Coreana (NA-YOUNG, 2014). Até os dias atuais, é nítido o quanto a relação entre esses países é frágil, principalmente com a Península Coreana, e isto, em virtude aos resquícios históricos da época das invasões do exército imperial do Japão.

“Mulheres de conforto” foi um eufemismo criado pelo exército imperial japonês no período das guerras para denominar as mulheres e meninas que eram segregadas para servirem como escravas sexuais em “estações de conforto”, denominação para os espaços em que eram mantidas nas colônias japonesas (KIMURA, 2008) (NAM, 2018). Essas mulheres, em maior parte, estavam na faixa etária entre 13 a 25 anos quando fizeram parte do sistema militar imperialista do governo japonês que, portanto, possuía um esquema de escravização sexual de mulheres e meninas, e dessa forma, eram mantidas em cárcere para servirem soldados japoneses em bordéis, e eram descartadas - mortas - a qualquer momento (NAM, 2018). Grande parte dessas mulheres eram de etnias originárias dos territórios invadidos pelo Japão Imperial, ou seja, coreanas, chinesas, holandesas (Indochina), tailandesas, birmanesas, taiwanesas, filipinas, mas também haviam japonesas, e a maioria era sequestrada ou atraída com uma falsa promessa

² Thailand, Indochina, and Indonesia provided the most resources to the Japanese, [...]. For all three countries, exploitation was substantial at arbitrary, wartime exchange rates. [...] Indochina made such large payments, probably the biggest in Southeast Asia, because it was Japan’s chief military and logistical base in Southeast Asia; because it was the second-most-important source (just behind Korea) of rice imports; and because the pro-Vichy colonial government was in no position to resist demands from Tokyo (BOLDORF; OKAZAKI, 2015, p. 57)

de emprego em fábrica (NAM, 2018) (SOH, 2003). A história apenas foi mais divulgada em meados dos anos 90, quando sobreviventes decidiram contar suas experiências e confirmar os atos realizados por soldados japoneses durante as guerras (KIMURA, 2008).

É importante enfatizar que apesar desse caso ter se tornado mais debatido e divulgado nessa época, não houve tanta repercussão, além de não existirem dados exatos sobre a quantidade de mulheres e meninas que passaram pelo encarceramento. Portanto, estima-se que a quantidade de mulheres e meninas que foram inseridas em situação de escravização sexual durante as invasões do Japão nos territórios do Pacífico, no período de 1910 até 1945, seja entre 80.000 a 200.000 (KIMURA, 2015, p. 7).

De acordo com a pesquisa de Kan Kimura (2015), o reconhecimento da mídia sobre o caso das “mulheres de conforto” e os discursos dos países envolvidos podem ser encontrados na década de 1960, quando houve densas abordagens sobre o ocorrido na Segunda Guerra. Entretanto, essas abordagens pareciam apenas resgatar as memórias sobre o conflito, não fornecendo uma melhor análise sobre os casos de escravização sexual em massa, além de que o relacionamento entre os países - Japão, Coreia e China - estava muito desgastado devido ao curto período de tempo do ocorrido, principalmente a relação entre o Japão e a península coreana (KIMURA, 2015). Apesar de não haver dados exatos sobre a quantidade de mulheres que passaram pelo encarceramento sexual, como foi abordado, a grande maioria eram de origem coreana, justamente porque grande parte das bases militares japonesas eram situadas na Coreia (KIMURA, 2015). Dessa forma, pode-se interpretar e analisar que durante a Segunda Guerra, e por um longo período - até meados 2000 - a estrutura do Extremo Oriente era enxergada como a grande dominância da potência do Japão, sobre a Coreia do Sul, país que evoluiu muito a partir do início do século XXI.

A articulação da política externa do Japão passou por muitas mudanças desde o fim da Segunda Guerra até a atualidade, devido às diversas trocas de primeiros-ministros e suas ações no âmbito internacional. Nakasone Yasuhiro foi o primeiro no cargo de primeiro-ministro e no pós-guerra a considerar restabelecer correntes diplomáticas com a Coreia do Sul, fornecendo assistência econômica para a recuperação da economia sul-coreana (IOKIBE, 2017). Entretanto, as ações de Nakasone para retomada das relações diplomáticas com o país possuíam como alvo um estreitamento de relações com os EUA. Com um discurso de segurança, o propósito para o premier também estava ligado à segurança do Japão e do Pacífico, além de cooperação econômica, como descreveu o então primeiro-ministro: “Como nações unidas por um destino em comum, o Japão e a América são mutuamente devotos a cooperação em seus

respectivos lados do pacífico para a prosperidade e estabilidade da paz mundial e, particularmente, na região da Ásia Pacífico”³ (IOKIBE, 2017, p. 198-199, tradução nossa).

Em 1995, o primeiro-ministro Tomiichi Murayama, declarou um pedido formal de desculpas para o sofrimento causado pelo Japão durante a Segunda Guerra, principalmente sobre seus vizinhos asiáticos. Seu discurso ficou conhecido como *Declaração de Murayama*, onde Tomiichi exaltou a construção de paz e prosperidade no país após as ocorrências no conflito e a importância de gerações futuras serem conscientizadas sobre os horrores da guerra, enfatizando o seguinte trecho:

A paz e a prosperidade de hoje foram construídas com o surgimento da maior dificuldade do Japão de se reerguer de uma terra devastada após a derrota na guerra. Essa conquista é algo no qual somos orgulhosos, e deixem-me expressar aqui minha sincera admiração com a sabedoria e o esforço incansável de cada um dos nossos cidadãos. Deixe-me também expressar, mais uma vez, minha profunda gratidão pelo amparo indispensável e a assistência fornecida ao Japão pelos países do mundo, começando pelos Estados Unidos da América. E eu também estou encantado por termos conseguido ser capazes de construir relações amigáveis que aproveitamos hoje com os países vizinhos da região da Ásia-Pacífico, os Estados Unidos e os países da Europa. Agora que o Japão tem aproveitado a paz e a fartura, nós pretendemos vigiar a impagável e as bênçãos da paz. Nossa tarefa é alertar as novas gerações sobre os horrores da guerra, e assim, nunca repetiremos os erros em nossa história. Eu acredito que, se darmos as mãos, especialmente com as pessoas dos países vizinhos, para garantir a paz verdadeira na região da Ásia-Pacífico, na verdade no mundo inteiro, é necessário, mais do que qualquer outra coisa, que reforçamos relações com todos os países baseando em um profundo entendimento e confiança. Guiado por essa convicção, o governo tem promovido a paz, a amizade e troca de iniciativas, que consiste de duas partes promovidas: suporte para pesquisa histórica em relações com a era moderna entre o Japão e seus países vizinhos da Ásia e de outros lugares; e a rápida expansão do intercâmbio com esses países. Além disso, eu continuarei com toda a sinceridade para fazer meu máximo por estar realizando nas questões surgidas pela guerra, no sentido de fortalecer as relações de confiança entre Japão e esses países (JAPAN, 1995, tradução nossa).⁴

³ As nations united by a common destiny, Japan and America are mutually committed to cooperating on their respective sides of the Pacific for the prosperity and stability of world peace and in particular the Asia Pacific region (IOKIBE, 2017, p. 198-199)

⁴ The peace and prosperity of today were built as Japan overcame great difficulty to arise from a devastated land after defeat in the war. That achievement is something of which we are proud, and let me herein express my heartfelt admiration for the wisdom and untiring effort of each and every one of our citizens. Let me also express once again my profound gratitude for the indispensable support and assistance extended to Japan by the countries of the world, beginning with the United States of America. I am also delighted that we have been able to build the friendly relations which we enjoy today with the neighboring countries of the Asia-Pacific region, the United States and the countries of Europe. Now that Japan has come to enjoy peace and abundance, we tend to overlook the priceless and blessings of peace. Our task is to convey to younger generations the horrors of war, so that we never repeat the errors in our history. I believe that, as we join hands, especially with the peoples of neighboring countries, to ensure true peace in the Asia-Pacific region -indeed, in the entire world- it is necessary, more than anything else, that we foster relations with all countries based on deep understanding and trust. Guided by this conviction, the Government has launched the Peace, Friendship and Exchange Initiative, which consists of two parts promoting: support for historical research into relations in the modern era between Japan and the neighboring countries of Asia and elsewhere; and rapid expansion of exchanges with those countries. Furthermore, I will continue in all sincerity to do my utmost in efforts being made on the issues arisen from the war, in order to further strengthen the relations of trust between Japan and those countries (MOFA, 1995)

De acordo com Zachary D. Kaufman (2013), para que fosse possível uma reconstrução do cenário internacional e para encerrar a conjuntura de guerra, houveram tribunais internacionais criados para julgar os crimes contra paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade ocorridos durante os conflitos (KAUFMAN, 2013). Esses tribunais ficaram conhecidos como Tribunal de Nuremberg e Tribunal Internacional para o Extremo Oriente, mais conhecido como Tribunal de Tóquio. Lembra-se que o último ocorreu entre 1946 a 1948 e expôs algumas das atrocidades cometidas pelo exército imperial japonês para a comunidade internacional (KAUFMAN, 2013).

A situação das “mulheres de conforto” não foi tipificada nas audiências realizadas para julgar criminosos de guerra japoneses no Tribunal de Tóquio. As abordagens nesses julgamentos frisavam mais nas invasões japonesas em territórios da Ásia-Pacífico, mas, obviamente, também houve acusações das atrocidades cometidas pelo exército imperial do Japão durante os conflitos, como torturas, estupros, escravidão, experimentos em prisioneiros de guerra e diversas outras que ferem diretamente os Direitos Humanos (MAZZUOLI, 2018) (KAUFMAN, 2013). Contudo, não houve a tipificação acerca da situação das “mulheres de conforto”. Como expõe Na-Young (2014), no trecho:

O Tribunal de Tóquio, realizado de forma similar ao Tribunal de Nuremberg, não julgou o Imperador Hirohito, o que sugere que os Estados Unidos não conseguem evitar a responsabilidade pelo legado colonial inseguro e pelo silêncio em comum acerca das “mulheres de conforto” (NA-YOUNG, 2014, p. 74, tradução nossa).⁵

A Figura 1, a seguir, retrata uma rara imagem registrada na época dos acontecimentos históricos e a forma como essas mulheres e meninas eram mantidas:

Figura 1 - "Mulheres de conforto" coreanas que sobreviveram e foram protegidas em Lameng, Yunnan; setembro de 1945.



Fonte: Korea Post.

⁵ The “Tokyo Tribunal,” procedurally similar to the Nuremberg Tribunal, failed to try Emperor Hirohito (226), which suggests that the United States cannot avoid the responsibility for the unsettled colonial legacy and common silence regarding “comfort women” (NA-YOUNG, 2014, p. 74)

É, também, indispensável pontuar que a Declaração Internacional dos Direitos Humanos foi adotada em 1948 pela Organização das Nações Unidas e, assim dizendo, na época dos referidos julgamentos, a importância de se assegurar os direitos fundamentais do ser humano após as atrocidades cometidas por regimes totalitários durante a Segunda Guerra estava em formação (1948). O artigo 2 desta declaração trata da não distinção sobre os indivíduos:

Artigo 2. Todos devem ter seus direitos e liberdades garantidos nessa Declaração, sem nenhum tipo de distinção, nem de raça, cor, sexo, idioma, religião, política ou outra forma de opinião, origem racial ou social, propriedade, nascimento ou outra situação. Além disso, nenhuma distinção deve ser realizada com base política, jurisdicional ou situação internacional do país ou território no qual a pessoa pertence, mesmo sendo independente, confiável, não autônomo ou sobre qualquer limitação de soberania (OHCHR, 1948, tradução nossa).⁶

Visto que, na realidade da época, temas sobre gênero ainda eram pouco debatidos nas agendas do sistema internacional e, tão pouco, havia pautas analíticas a respeito de conflitos armados envolverem situações de estupro em massa como arma de guerra contra o oponente, as abordagens eram mais ligadas à construção da garantia e respeito aos Direitos Humanos. As análises sobre conflitos armados envolverem estupro como estratégia de guerra apenas surgem após confrontos mais recentes que protagonizaram cenários acerca do tema, como a da República Democrática do Congo (1998-2003) e o Genocídio de Ruanda (1994). Portanto, apenas considerou-se essas análises após estudos mais aprofundados, onde concluiu que o estupro é utilizado como uma potencial arma de guerra para desestabilizar o adversário (BUSS, 2009).

Em Relações Internacionais, entende-se que a teoria de gênero também leva em consideração outras pautas, como a da esfera da interseccionalidade, e por isso, se deve analisar outras agendas sociais como a classe socioeconômica, a etnia, o local em que a mulher reside, e como a política do próprio Estado trata dos problemas sociais, inclusive os que envolvem gênero (COLLINS, 2015). Além disso, a presença de debates sobre estudos mais aprofundados em bases teóricas e metodológicas clássicas precisam ser utilizados, mas também, e principalmente, estudos que abrangem perspectivas teóricas acerca da abordagem sobre gênero, buscando explicar a relação entre os Estados no sistema internacional e a percepção masculina sobre o mundo, que é a dominante em todos os âmbitos, inclusive o científico e o político (TICKNER, 2005).

⁶ Article 2. Everyone is entitled to all the rights and freedoms set forth in this Declaration, without distinction of any kind, such as race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth or other status. Furthermore, no distinction shall be made on the basis of the political, jurisdictional or international status of the country or territory to which a person belongs, whether it be independent, trust, non-self-governing or under any other limitation of sovereignty (OHCHR, 1948).

Cynthia Enloe, sugere o seguinte questionamento: “Onde estão as mulheres?”, e no desenvolver da construção dessa indagação pode-se compreender que o papel feminino está por trás de situações em que é evidente que a imagem da mulher está ligada a uma analogia à "móveis", objetos que não possuem sentimentos, caráter, personalidade ou opinião (ENLOE, 2014, p. 3). De acordo com a autora, a preocupação com a posição das mulheres está inserida na problemática de que não há importância em reconhecimento de assuntos tratados como ‘feminizados’ pois não estão dentro da primazia da masculinidade. Essa primazia reforça que o espaço público não pertence às mulheres, mas aos homens. O caso das “mulheres de conforto” adentra em situações como esta pois, de acordo com Kan Kimura (2015), houve uma grande demora para reconhecer que essas mulheres e meninas haviam sofrido uma situação de escravidão sexual, e que esse problema está presente em muitas situações de conflitos bélicos que foram disseminados por homens que ocupam os espaços de poder. É importante frisar também, que a situação dessas mulheres foi retratada na política internacional por líderes de governos apenas como “acontecimentos históricos” da Segunda Guerra que devem ser esquecidos, inclusive por líderes do Japão e Coreia do Sul, reforçando a ideia de que pautas acerca dos desafios do gênero feminino costumam passar abatidas pois o espaço público favorece mais os homens (KIMURA, 2015).

Ainda de acordo com a perspectiva de Enloe, movimentos nacionalistas acarretaram diversos dilemas geopolíticos ao longo da história, por isso, há uma nítida percepção que as políticas domésticas e externas dos países são representadas por perspectivas masculinas sobre o sistema internacional. Devido a esses tipos de movimentos não possuírem uma concepção acerca da hierarquia e da construção social de gênero, ou debates e considerações sobre pautas que abordam gênero, a lógica de perspectiva da nação é construída pela visão masculina. Na realidade da época, e não muito distante da atual, a imagem da mulher era simbolizada apenas como uma figura que representa a parte frágil da nação, e é utilizada para reforçar e justificar conflitos e o patriotismo, como é explicitado neste trecho: “Mulheres têm servido como símbolos da nação violada, da nação sofredora, da nação se reproduzindo, a nação em sua mais pureza” (ENLOE, 2014, p. 87, tradução nossa). Ilustra-se uma nação frágil que precisa ser defendida pela força do Estado, sendo este a própria masculinidade viril. O que torna a imagem da mulher apenas como algo a ser defendido pois representa a nação e sua fragilidade, e por isso, ainda há muitas demandas sobre igualdade de gênero, até mesmo, dentro de movimentos nacionalistas.

Além disso, Enloe (2014, p. 92) também cita mulheres coreanas que viveram perante o regime japonês durante as três primeiras décadas do século XX. De acordo com a autora, pode-

se compreender que a autonomia que essas mulheres possuíam, a ponto de escolherem viver no Japão naquela época, era algo que grupos nacionalistas coreanos enxergavam como traição à pátria, enquanto por concepções feministas, elas simplesmente escolheram viver de forma independente e da maneira que sentiam se mais livres, retomando a questão de que o discurso patriota é moldado através da perspectiva do homem.

Barbara Molony (2004) também aborda a Coreia sobre a questão acerca da masculinidade e do nacionalismo, expondo a realidade de que não havia uma direção sobre os problemas da desigualdade de gênero, devido à preocupação da época estar ligada ao movimento de libertação da Península Coreana sobre a dominação do Império Japonês. Além disso, havia um claro papel que era colocado sobre essas mulheres para serem as “salvadoras da pátria e controladoras morais dos homens”, segregando a função de papéis entre homens e mulheres em uma nação (MOLONY, 2004).

Enquanto na perspectiva de Tickner, a metodologia feminista nas Relações Internacionais precisa possuir um ‘caminho’ específico e não se direcionar apenas à perspectiva científica clássica de teóricos do campo, justamente devido a visão clássica ser do ponto de vista masculino (TICKNER, 2005). E a partir disso, consegue-se compreender que o conhecimento universal sobre conceitos tradicionais é construído com base em perspectivas masculinas, formalizando concepções *mainstream* sobre tudo que envolve o cenário internacional. A partir desse ponto de análise, pode-se considerar que estudos sobre casos como o das “mulheres de conforto” passam despercebidos no cenário internacional, gerando uma situação de impunidade e banalização acerca do ocorrido, relativizando a relevância de debate, reconhecimento e reparação. Pode-se levar em consideração, acerca do caso dessas mulheres e meninas, que há aspectos de dominação e submissão entre gêneros e etnias, e para isso, utiliza-se da análise de interseccionalidade, que é uma percepção crítica sobre “gênero, raça, etnia, sexualidade, nação, habilidade e idade” como é explicado por Hill Collins (COLLINS, 2015, p. 2, tradução nossa).

4 *SOFT POWER* JAPONÊS, PATRIOTISMO E AS “MULHERES DE CONFORTO”

Primeiramente, é importante frisar que a utilização mais de *soft power* do que de *hard power* na política externa do Japão está ligado à permanência do artigo 9 em sua constituição, promovendo uma redução nos recursos utilizados pelo *hard power*, concentrando-o mais no âmbito econômico. Com isso, pode-se compreender que os valores culturais e políticos disseminados pelo país representam grande parte dos recursos do *soft power* japonês, visto que

os ideais políticos que engrandeciam o poder bélico foram alterados devido ao contexto da guerra e a premissa de aliança com os EUA, que favoreceu muito o desenvolvimento do país. Apesar disso, esses ideais ainda fazem parte das premissas de partidos como o PLD. Além disso, havia um certo senso de que a aliança com os EUA iria ajudar fortemente na segurança e na não intervenção de tropas soviéticas em território japonês, principalmente nas pequenas ilhas do arquipélago.

A retomada do nacionalismo no país ressurgiu ainda recente na conjuntura do fim da guerra e das invasões em territórios do leste asiático, além dos crimes de guerra cometidos por soldados do exército imperial japonês (NAKAHARA, 2021). De acordo com a notícia da revista britânica BBC, a situação atual está ligada à premissa do Partido Liberal Democrata (PLD) de que a constituição do país não é soberana devido a sua construção e implementação ainda estar ligada à época da Segunda Guerra e a ocupação americana em território japonês (BERMÚDEZ, 2022). Nakasone do PLD, por exemplo, era conhecido por iniciativas de privatização em corporações públicas japonesas e por uma postura ultranacionalista que enfatizava o orgulho étnico e a superioridade do povo japonês sobre os demais povos existentes no mundo, principalmente entre seus vizinhos. Torna-se dessa forma, notável a possibilidade de uma retomada militarista no país, além do ressurgimento de movimentos mais nacionalistas por parte de partidos políticos do país. Essa construção de sentimento nacionalista é o que contamina as ações da política externa do Japão e os posiciona como possível ameaça, caso a implementação da militarização aconteça.

Assim, cada vez mais se intensifica o discurso de políticos para uma “necessária” retomada da militarização do Japão em prol da segurança do Estado. Há um paradoxo na problemática da volta das forças armadas para defesa, pois ao mesmo tempo que seus vizinhos temem a volta de um Japão militarizado, eles se armam fortemente, como é o caso da China e Coreia do Norte, o que gera mais pretexto para uma possível retomada militar do país em discursos de políticos japoneses. Além disso, como foi abordado, o Japão possui um exército denominado como Forças de Autodefesa, portanto, a argumentação de retomada da militarização para defesa do país é um pouco contraditória.

Devido ao contexto ideológico entre partidos de direita, como o PLD, e os de esquerda que não apoiam a retirada ou modificação do artigo 9, os países vizinhos, principalmente, China, Coreia do Norte e Coreia do Sul observam cada passo do Japão. Além disso, se posicionam de maneira mais hostil, com aumento de bases militares, e até mesmo testes de mísseis balísticos sobre o Japão, como foi a ação da Coreia do Norte (MACKENZIE; TAN; WINGFIELD-HAYES, 2022). Portanto, as tomadas de decisões de seus vizinhos podem

acarretar na construção de defesas perpetuadas pelo PLD em discursos sobre segurança, alegando necessidade na modificação do artigo 9 e a retomada da militarização.

O PLD está na governança atual do país e é o maior partido que exerce poder no Japão, com cargos consecutivos de primeiros-ministros, sendo o mais votado em comparação aos outros partidos e, também, o que possui um viés mais (ultra)nacionalista. O país construiu uma imagem de pacifista ao longo dos anos e detentor de parcerias econômicas com seus vizinhos, entretanto, os resquícios históricos da guerra e do ultranacionalismo exercido pelo país na época da Guerra, parecem acompanhá-lo, como argumenta Nakahara (2021):

Entretanto, tendo experimentado o desastre da guerra que foi direcionada pelo (ultra)nacionalismo, a mídia e os intelectuais no Japão pós-guerra tem utilizado o termo nacionalismo com uma conotação negativa. O público em geral, possui sentimentos contra a guerra e o militarismo, mas também tem mantido os líderes nacionais que promovem o nacionalismo ou o patriotismo (NAKAHARA, 2021, p. 3, tradução nossa).⁷

Um dos exemplos de manifestação nacionalista está em torno de polêmicas que ainda refletem as cicatrizes da Segunda Guerra, como o santuário Yasukuni, um templo xintoísta que possui o chamado *Livro das Almas* onde é escrito e armazenado milhares de nomes de soldados japoneses e coloniais que morreram em guerra, mas também, contém catorze nomes de criminosos classe A da época do conflito. A última visita ao templo ocorreu no presente ano por diversos políticos conservadores japoneses, onde houve reverências a estátuas desses criminosos de guerra. Devido às polêmicas, ocorreram protestos em países como Coreia do Sul, China e Taiwan, além de declarações de lamento de políticos desses países (MCCURRY, 2022).

Em 2015, Shinzo Abe realizou um discurso voltado para os danos imensuráveis do período de guerra. Apesar de expor que os acontecimentos foram atrocidades históricas que não devem se repetir, Abe faz a seguinte declaração: “A História é dura. O que ocorreu não pode ser desfeito. [...] Nós não podemos deixar que nossos filhos, netos e até mesmo novas gerações, que não têm nada a ver com essa guerra, estejam predestinados a pedir desculpas” (ABE, 2015, tradução nossa)⁸. Com isso, interpreta-se que não há preocupação com a manutenção da conscientização das futuras gerações sobre os danos causados por conflitos armados, e a maior nocividade que produz esses conflitos é a ascensão do patriotismo exacerbado.

⁷ Meanwhile, having experienced the disastrous war driven by (ultra)nationalism, the media and intellectuals in postwar Japan have often used the term nationalism with a negative connotation. The general public’s anti-war and anti-militarism sentiments have also kept national leaders from overtly promoting nationalism or patriotism (NAKAHARA, 2021, p. 3)

⁸ History is harsh. What is done cannot be undone. [...] We must not let our children, grandchildren, and even further generations to come, who have nothing to do with that war, be predestined to apologize (ABE, 2015).

Outro ponto a ser enfatizado é sobre o direito a reparação histórica, pois episódios de crimes de guerra onde ocorrem estupro, tortura, extermínio em massa ou qualquer meio que fere gravemente os direitos fundamentais, como a liberdade, a vida e o direito às diferenças da sociedade civil, acaba por desgastar o relacionamento entre países (MAZZUOLI, 2018). No âmbito social, o caso das “mulheres de conforto” evidencia a negligência e a falta de punição e preocupação com casos que abordam a realidade sobre conflitos bélicos e o uso do estupro como arma de guerra, além também de clarificar a forma como Estados lidam com temas de gênero, havendo uma nítida forma de impunidade e tentativa de esquecimento (NA-YOUNG, 2014).

A complexidade na relação entre a ascensão nacionalista do país e o caso das “mulheres de conforto” é traçado por uma linha histórica de totalitarismo, estupro em massa e diversos outros crimes que foram cometidos pelo Japão Imperial contra seus vizinhos, mesmo antes da Segunda Guerra. A discussão de temas que envolvem nacionalismo no Japão é considerada arriscada até pela sua própria população, já que a implementação do Artigo 9 e sua aceitação até os dias atuais envolve o apoio e a conscientização de grande parte da população japonesa, apesar da contrariedade, pois essa mesma população elege políticos muito nacionalistas que costumam defender a remilitarização.

Devido aos acontecimentos do conflito ainda permanecerem na memória dos países afetados mesmo após muitos anos, o cenário geopolítico da Ásia-Pacífico e casos como o das mulheres e meninas que foram escravizadas sexualmente na época retoma a preocupação de que um novo Japão totalitário possa ressurgir e, claramente, estão diretamente interligados com a empreitada nacionalista de partidos como o PLD. Apesar de existir uma grande diferença entre o Japão Imperial e o atual país democrático, o receio de que haja a retomada da militarização no país faz com que seus vizinhos fiquem consideravelmente estressados, o que abala a estrutura geopolítica da região. E além de tudo, todas as ações perpetuadas pelo governo do país serão sempre observadas e criticadas por seus vizinhos, principalmente devido a situações, como as visitas ao templo Yasukuni, que relembram os ocorridos durante as grandes guerras.

CONCLUSÃO

De acordo com o que foi abordado durante o desenvolvimento do presente artigo, conclui-se que os crimes contra a humanidade exercidos pelo Japão Imperial durante a Segunda Guerra construíram uma barreira entre o país e seus vizinhos. Assim, modificou grande parte

de sua política externa, visto que no período das grandes guerras havia muito foco militar que aspirava a ascensão do império, dominação territorial e étnica.

Se torna evidente que, em razão dos ocorridos na guerra, a atual relação entre os países vizinhos na região Ásia-Pacífico é frágil, pois as retomadas sobre os assuntos históricos da época ainda estremecem o relacionamento do Japão com os Estados afetados. Além disso, a inserção do Japão no cenário político internacional pós-guerra fez com que as tomadas de decisões por parte do país fossem melhor calculadas, já que, apesar de ser uma potência econômica, sua política externa precisou se manter pacífica devido à derrota e à coalizão com os EUA.

A presente atuação do país no cenário internacional é fortemente baseada na construção da paz e na cooperação com os outros Estados. Entretanto, o governo japonês sempre possuiu como maior base de governo o Partido Liberal Democrata, que possui o costume de fornecer discursos a favor da retomada da militarização. Por isso, as empreitadas nacionalistas do PLD são consideradas uma ameaça à paz no sistema internacional e nacional do país. Consegue-se, também, notar uma nítida diferença entre a vontade popular e os ideais que os líderes do PLD compactuam. Observa-se que os delitos cometidos pelo Japão durante o período de 1910 a 1945 não foram, e não serão esquecidos na história, mesmo havendo uma forte coalizão com os EUA, que apesar de ter sido o maior “rival” durante as grandes guerras foi o maior aliado no pós-guerra devido ao contexto histórico explicitado e à aliança estabelecida.

O caso das “mulheres de conforto” apenas veio à tona anos após o contexto de guerra, e a falta de dados exatos do ocorrido faz com que uma grande parcela de indivíduos não possua conhecimento e sensibilidade sobre o assunto. Em virtude disso, essa pauta histórica é apenas retomada em discussões políticas no âmbito externo quando ocorrem desentendimentos entre os países envolvidos ou situações que remetem lembranças dos episódios das guerras, como o exemplo do santuário Yasukuni. Além disso, a falta de informações exatas sobre o ocorrido fornece a sensação de que houveram tentativas de deletar a história dessas mulheres e meninas.

Na perspectiva feminista, pode-se considerar que o caso em questão e o fato de ser pouco comentado, retrata uma baixa abordagem de situações que envolvem a submissão e a violação do corpo feminino em conflitos armados que ocorrem no meio internacional, e por isso, o papel feminino sempre está sujeito a essa submissão na sociedade, desqualificando e, até mesmo, invalidando os direitos constituídos na Declaração dos Direitos Humanos (1948).

Com base na perspectiva dos Direitos Humanos, a história das “mulheres de conforto” se encaixa na violação dos direitos fundamentais que os compõem, devido ao encarceramento e aos estupros em massa cometidos pelo exército imperial japonês na época entre 1910-1945.

Entende-se, portanto, que em cenários de guerra se torna mais evidente a forma como mulheres acabam inseridas em contextos de abuso sexual, tendo seus direitos anulados e banalizados. É importante enfatizar que a história dessas mulheres deve ser preservada e compartilhada para que não haja esquecimento ou banalização ao tema de estupro em massa e escravidão sexual em conflitos armados.

A postura do Japão no cenário internacional e doméstico atualmente é pacífica, neutra e defensora da óptica dos Direitos Humanos, o que se difere bastante do comportamento imperialista totalitário e das violações de Direitos Humanos cometidas pelo Japão Imperial durante a segunda guerra, que se baseava em uma dominação sobre outros povos a todo custo. O Japão democrático e desmilitarizado forneceu uma figura mais respeitosa, inteligente e até mesmo um exemplo a ser seguido como nação. No entanto, o que parece querer atrapalhar esse pacifismo são as tomadas de decisão de líderes governamentais do país, como a figura de Shinzo Abe, Nakasone e entre outros que tentaram por diversas vezes reformular o artigo 9 e implementar a militarização do país.

REFERÊNCIAS

- ABE, Shinzo. **Statement by Prime Minister Shinzo Abe**. Prime Minister of Japan and his cabinet. 14 ago. 2015. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201508/0814statement.html. Acesso em: 04 nov. 2022.
- ARASE, David; AKAHA, Tsuneo. **The US - Japan Alliance: Balancing soft power and hard power in East Asia**. New York: Nissan Institute/Routledge Japanese Studies Series, 2010.
- BERMÚDEZ, Ángel. Por que Japão quer acabar com pacifismo militar adotado após derrota na Segunda Guerra. **BBC News Brasil**, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62197763>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- BOLDORF, Marcel; OKAZAKI, Tetsuji. **Economies under occupation: the hegemony of Nazi Germany and Imperial Japan in World War II**. London: Routledge, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315716275>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- BUSS, Doris E. Rethinking ‘Rape as a Weapon of War’. **Fem. Leg. Stud.**, v. 17, p. 145-169, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10691-009-9118-5>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality’s Definitional Dilemmas**. Los Angeles: Department of Sociology, University of Maryland, 2015.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Los Angeles: University of California Press, 2014.
- IOKIBE, Makoto (ed.). **The history of US-Japan relations: from perry to the present**. Singapura: Palgrave MacMillan, 2017.

JAPAN. Ministry of Foreign Affairs of Japan. **Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama "On the occasion of the 50th anniversary of the war's end"**. 15 Aug. 1995. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/announce/press/pm/murayama/9508.html>. Acesso em: 04 nov. 2022.

JAPÃO. [Constituição (1946)]. **Constituição do Japão**. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.

KAUFMAN, Zachary D. **Transitional Justice for Tojo's Japan: The United States Role in the Establishment of the International Military Tribunal for the Far East and other Transitional Justice Mechanisms for Japan after World War II**. *Emory International Law Review*, v. 27, n. 2, 2013. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.emory.edu/eilr/vol27/iss2/4/>. Acesso em: 04 nov. 2022.

KIMURA, Kan. Discourses About Comfort Women in Japan, South Korea, and International Society. **International Relations and Diplomacy**, v. 3, n. 12, p. 809-817, dec. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Kan-Kimura/publication/290471538_Discourses_About_Comfort_Women_in_Japan_South_Korea_and_International_Society/links/5b9a38c392851c4ba8187adc/Discourses-About-Comfort-Women-in-Japan-South-Korea-and-International-Society.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022.

KIMURA, Maki. Narrative as a site of subject construction: The ‘Comfort Women’ debate. **Feminist Theory**, v. 9, n. 1, p. 5-24, 2008. DOI: 10.1177/1464700108086360. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/1464700108086360>. Acesso em: 04 nov. 2022.

MACKENZIE, Jean; TAN, Yvette; WINGFIELD-HAYES, Rupert. Coreia do Norte testa míssil sobre Japão, que pede a habitantes do norte que se protejam. **BBC News Brasil**, 4 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63130488>. Acesso em: 04 nov. 2022.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos internacionais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

MCCURRY, Justin. Japan ministers visit war shrine as South Korea calls for end to historical tensions. **The Guardian**, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/aug/15/japan-ministers-visit-controversial-war-shrine-as-south-korea-calls-for-end-to-historical-tensions>. Acesso em: 04 nov. 2022.

MOLONY, Barbara. **A Companion to Gender History**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

NAKAHARA, Junki. Deconstructing Abe Shinzo’s “Take Back Japan” Nationalism. **The Asia-Pacific Journal**, v. 19, n. 1, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://apjff.org/2021/24/Nakahara.html>. Acesso em: 04 nov. 2022.

NAM, Sun Young. **As relações diplomáticas entre a Coreia do Sul e o Japão: o caso das ‘Mulheres de Conforto’ da Coreia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/16529/2/_Disserta%20c3%a7%20a3o-%20Sun%20Young%20Nam%20-%20Setem_2018_RI.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022.

NA-YOUNG, Lee. The Korean women's movement of Japanese military "comfort women": Navigating between nationalism and feminism. **Academy of Korean Studies**, v. 17, n. 1, p. 71-92, 2014. Disponível em: <https://www.kci.go.kr/kciportal/ci/sereArticleSearch/ciSereArtiView.kci?sereArticleSearchBean.artiId=ART001883218>

NYE, Joseph S. **Soft Power the Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2005.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SMITH, Thomas W. **History and International Relations**. New York: Routledge Advances in International Relations and Politics, 1999.

SOH, Sarah. Japan's National/Asian Women's Fund for "Comfort Women". *Pacific Affairs*, v. 76, n. 2 (Summer), p. 209-233, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40024391>

TICKNER, Judith Ann. **Gendering a Discipline: Some Feminist Methodological Contributions to International Relations**. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 2005.

UNITED NATIONS. **Universal Declaration of Human Rights**. 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/english>. Acesso em: 04 nov. 2022.